



# **CAPITAL SOCIAL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA - SP E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO**

**Moacir José dos Santos<sup>1</sup>  
Edson Trajano Vieira<sup>2</sup>  
Divina Fátima dos Santos<sup>3</sup>**

## **Resumo**

O município de Caraguatatuba, localizado no litoral norte de São Paulo apresentou nas últimas décadas significativo crescimento populacional e expansão das atividades econômicas. Os dados sociais e econômicos do município indicam descompasso entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, com a desigualdade territorializada mediante a divisão socioeconômica em áreas com maior carência de recursos. No artigo adota-se a premissa da pertinência de fatores não econômicos para a efetivação de processos de desenvolvimento econômico e social, como o conceito de capital social. O objetivo do artigo é apresentar a caracterização do processo de desenvolvimento de Caraguatatuba a partir dos resultados da aplicação de um instrumento de pesquisa pautado em Grootaert et al. (2003), com margem de erro de 5% e índice de confiança de 95% com amostra compatível ao número de habitantes indicado no censo do IBGE (2010). Os resultados demonstram fragilidade das redes de relacionamento e reduzida

---

*Recebimento: 7/4/2018 • Aceite: 15/5/2018*

<sup>1</sup>. Professor e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP) e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU).

<sup>2</sup>. Professor e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP) e do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté (UNITAU).

<sup>3</sup>. Professor e pesquisador do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP).

capacidade de articulação entre os municípios e de representação dos interesses coletivos perante o poder público. Conclui-se que a limitação das condições necessárias ao desenvolvimento decorre da contradição entre a insuficiência das políticas públicas e a escassa efetividade da população em se organizar para expressar suas demandas, por sua vez derivada da própria fragmentação gerada a partir da limitação das condições econômicas, culturais e sociais potencializadoras do capital social enquanto fator pertinente para a organização de redes de relacionamento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento social e econômico; capital social; Caraguatatuba.

## **CAPITAL OF THE POPULATION OF CARAGUATATUBA - SP AND ITS RELATION WITH SOCIAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT**

### **Abstract**

The municipality of Caraguatatuba, located on the north coast of São Paulo, presented significant population growth and expansion of economic activities in the last decades. The social and economic data of the municipality indicate a mismatch between economic growth and development, with territorial inequality through socioeconomic division in areas with more lack of resources. The article adopts the premise of the relevance of non-economic factors for the realization of economic and social development processes, such as the concept of social capital. The objective of the article is to present the characterization of the development process of Caraguatatuba from the results of the application of a research instrument based on Grootaert et al. (2003), with a margin of error of 5% and a 95% confidence index with a sample compatible with the number of inhabitants indicated in the IBGE census (2010). The results demonstrate the fragility of the relationship networks and reduced capacity of articulation between the citizens and of representation of the collective interests against the public power. It is concluded that the limitation of the necessary conditions for development arises from the contradiction between the insufficiency of the public policies and the poor effectiveness of the

population to organize themselves to express their demands, in turn derived from the own fragmentation generated from the limitation of the economic, cultural and social factors that potentiate social capital as a relevant factor for the organization of relationship networks.

**Keywords:** Social and economic development; social capital; Caraguatatuba.

## Introdução

O município de Caraguatatuba apresenta forte expansão urbana desde a década de 1950. O turismo e a efetivação de investimentos públicos em obras de infraestrutura associadas a transportes e atividades portuárias na região do litoral norte paulista são fatores subjacentes à significativa expansão urbana no município. Entretanto, há um descompasso entre o crescimento econômico associado à forte urbanização e as condições sociais inerentes à população do município. O cenário pode ser caracterizado a partir da precária estruturação do aparelho urbano do município com a ocupação irregular do território e aumento exacerbado de seu contingente populacional em comparação a capacidade do poder público em efetivar políticas públicas eficientes para a satisfação das necessidades básicas da população local.

Os desafios para o desenvolvimento do município relacionam-se aos efeitos produzidos sobre o território urbano mediante a elevação da especulação imobiliária com a construção de segundas residências e condomínios de luxo para atender a demanda turística, bem como a atração de trabalhadores ao longo das últimas décadas, especialmente para a construção civil associada ao turismo e às obras públicas. A população urbana de Caraguatatuba representa 95,8% do total dos moradores do município (IBGE, 2010). Parte da população migrante passou a compor um segmento social marginalizado que ocupa as áreas periféricas da cidade, carentes em infraestrutura urbana. Realidade distinta das áreas relacionadas à urbanização turística.

O município apresenta relações urbanas complexas caracterizadas por segregação sócio espacial, cenário que desafia a implementação de políticas públicas aptas ao associar crescimento econômico e a resolução dos problemas sócio espaciais presentes em Caraguatatuba. Esse cenário é uma barreira para o desenvolvimento do município. O combate às disparidades relacionadas à segregação sócio espacial requer políticas públicas pautadas no conhecimento da realidade local, pois o desenvolvimento é um processo multidimensional e que se dá mediante a associação de fatores endógenos e exógenos.

Entre os fatores endógenos relacionados ao desenvolvimento está o capital social. O capital social é uma das variáveis que pode contribuir para as diferenças entre as condições de desenvolvimento de localidades e regiões distintas, sem se ignorar, evidentemente, os fatores exógenos como a ação do Estado e a dinâmica produzida com a divisão internacional do trabalho. A contribuição do artigo situa-se na

discussão de dados pertinentes ao capital social presente no município de Caraguatatuba a partir de uma pesquisa realizada com a população. O objetivo do artigo é discutir a associação entre as condições das relações de confiança da população do município, pertinentes ao capital social, e a percepção da violência, o que pode indicar como as dificuldades de associação entre os cidadãos para reivindicar a efetividade de políticas públicas decorre da segregação sócio espacial e atua, simultaneamente para reforçá-la. O artigo está dividido em cinco seções. Além desta introdução, a segunda seção é dedicada a discutir a relação entre o desenvolvimento e o capital social. A terceira seção apresenta o método da pesquisa, enquanto a quarta seção caracteriza e discute os resultados. E a quinta seção apresenta as considerações finais pertinentes ao exame dos resultados em relação ao objetivo do artigo.

## **Desenvolvimento e capital social**

Os conceitos desenvolvimento econômico e crescimento econômico são usados como parâmetros para a mensuração das condições de produção e distribuição dos resultados das atividades produtivas, porém apresentam distinções (VIEIRA & SANTOS, 2012). Erber (2011) indica que o desenvolvimento econômico equivale a alterações estruturais pertinentes a uma condição coletiva formada por conhecimentos necessários à identificação de problemas e respectivas alternativas aptas a contribuir para a organização dos atores sociais, com distribuição de renda e oportunidades sociais de modo mais equânime possível mediante a distribuição de poder econômico e social. Enquanto o crescimento econômico indica a elevação quantitativa da produção, que não garante, isoladamente, a efetivação do desenvolvimento econômico.

Sob essa perspectiva Sen (2010) refuta o economicismo ao associar o desenvolvimento econômico à possibilidade de usufruir de oportunidades condizentes com as condições materiais presentes em uma sociedade. O desenvolvimento para Sen envolve a liberdade e o comprometimento social institucional necessário às condicionalidades ligadas a produção de oportunidades sociais mediante políticas públicas. Uma atuação mais direta dos indivíduos contribui para a formação de um capital social resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade (PUTNAM, 1996). Os contatos sociais entre os membros de uma determinada sociedade facilitam, além das questões econômicas, a disponibilidade dos sujeitos para atender às necessidades da coletividade.

Para explicar melhor o conceito de desenvolvimento, pode ser usado o termo produtividade social relativo à quantidade e à qualidade da produção de bens e serviços, em uma determinada comunidade num certo período, mas também como esses bens e serviços produzidos contribuem para o bem-estar das pessoas e como eles são distribuídos no grupo. Por exemplo, a produção de bens de luxo para as famílias deve ser questionada quanto ao benefício que propicia para o conjunto da população, pois a locação de fatores de produção escassos para a realização desses bens poderia ser aplicada na elaboração de outros bens e serviços essenciais para muitas outras pessoas (VIEIRA, 2009).

Segundo Santos et al. (2012) o debate sobre o desenvolvimento pode ser melhor estruturado em uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar. E para melhor entender o processo desenvolvimento na sociedade contemporânea, o autor aponta quatro dimensões de análise: econômica, política, social e ambiental. Porém, entende que tal conceito não pode ser visto de forma fragmentada, haja vista que todas essas dimensões estão presentes e se relacionam simultaneamente. Ainda para os autores, o desenvolvimento é um processo bem mais amplo, e que pode envolver muitas questões subjetivas, sendo possível encontrar diversas respostas para o mesmo questionamento, pois este entendimento pode variar de acordo com a expectativa de cada povo ou de cada cultura.

A compreensão das particularidades do desenvolvimento brasileiro e seus efeitos sobre as regiões e cidades remetem ao reconhecimento dos diferentes efeitos de um processo econômico produtor e reprodutor das desigualdades regionais e inter-regionais (BRANDÃO, 2011). A análise das diferentes trajetórias de desenvolvimento presentes no Brasil fundamenta o entendimento das características socioeconômicas presentes no município de Caraguatatuba. A contextualização das assimetrias sociais e econômicas que singularizam as regiões e as cidades brasileiras permite a fundamentação de políticas públicas pertinentes a sua superação.

Essa perspectiva teórica entende o desenvolvimento regional numa perceptiva multidisciplinar e territorializada. Entende-se a necessidade de investigar as variáveis que condicionam os processos de desenvolvimento, particularmente aquelas que favorecem o entendimento das consequências da desigualdade socioeconômica territorialmente localizada e quais fatores presentes no território podem favorecer a articulação de políticas públicas necessárias à redução das assimetrias sociais. Entre as variáveis com potencial para

a articulação de políticas públicas que associam o poder público e a sociedade para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento está o capital social.

A compreensão dos elementos que indicam por que regiões com potencial equivalente preservam níveis diferentes de desenvolvimento constitui um desafio a ser superado. Entre as possíveis explicações para as distintas condições de desenvolvimento de cada região está o recurso ao conceito capital social. Porém, o conceito capital social apresenta diversas definições na literatura dedicada ao papel das relações sociais e espacialmente localizadas e suas relações com o processo de desenvolvimento, considerando a potencialidade e também os limites presentes em cada região.

Entre as principais referências para a investigação do capital social e sua contribuição para o desenvolvimento está o trabalho de Putnam (1996). O autor associa trajetórias de êxito regional à presença expressiva do capital social no território. A principal crítica ao trabalho de Putnam é sua aceitação implícita de um determinismo quanto à presença do capital social em uma região. Putnam não averiguou a probabilidade de fomento à intensificação do capital social mediante políticas públicas aptas a envolver a população a partir de mecanismos institucionais para a ampliação da participação popular, o que poderia favorecer as relações de solidariedade institucionalizadas características ao capital social. A institucionalização da participação popular pode ser associada ao modelo de “governança democrática” mediante a organização de associações com capacidade para elaborar reivindicações e torna-se referência para a interlocução com o poder público as tivesse por referência (TONELLA; COSTA, 2004, p. 270).

Fukuyama (2001) entende que a criação ou consolidação do capital social é um processo complexo, além da capacidade efetiva das políticas públicas. Sob perspectiva diversa Durston (1999) entende que o capital social pode ser criado mediante a atuação de instituições em condições de assumir a função de evidenciar formas de representação e atuação social não tradicionais. O autor conceitua o capital social como um construto elaborado na experiência contemporânea ao refutar sua existência como produto de uma característica cultural enraizada historicamente por sucessivas gerações. Durston e Putnam estão em campos opostos quanto às condições inerentes à constituição do capital social, o primeiro entende o capital social como a possibilidade de um ativo social institucionalmente elaborado não dependente do poder público para a necessária autonomia social, enquanto Putnam atribui a existência do capital social em uma determinada região a características históricas territorialmente

reconhecíveis e mobilizáveis para a efetivação de processos de desenvolvimento.

Observa-se no debate de autores como Durston, Fukuyama e Putnam a ausência da problematização da classe social como fator relevante para as condições de composição do capital social. Ignorar essa perspectiva significa retirar o debate sobre o capital social de uma perspectiva mais ampla, apta a perceber o capital social no conjunto das relações sociais dinâmicas e complexas da divisão social do trabalho e suas expressões social e territorialmente constituídas. A contribuição de Bourdieu (1980) para o debate relativo ao capital social incorpora questão das classes sociais e sua organização a partir de fatores econômicos e não econômicos necessários a compreensão das contradições presentes entre grupos com perfil socioeconômico equivalente ou distintos.

Para Bourdieu (1980) o que caracteriza o capital social é a existência e a preservação de uma rede permanente de relações, necessárias ao alcance de objetivos inatingíveis individualmente. Segundo Bourdieu as redes de relações podem ser institucionalizadas com maior ou menor intensidade e sua existência relaciona-se necessariamente ao reconhecimento entre os participantes. Entretanto, enquanto para os demais autores o capital social denso é uma via para o desenvolvimento por possibilitar coesão social em um determinado território, para Bourdieu o capital social insere-se como mecanismo inerente à competição social por recursos materiais e recursos não materiais (prestígio, poder) interligados e escassos. Sob a perspectiva de Bourdieu o capital social é percebido como um mecanismo de distinção social, apto a preservar os interesses e privilégios de classe. Para o sociólogo o capital social é um conceito que contribui para a investigação das relações de classe, dos conflitos entre aqueles que detêm o privilégio e buscam mantê-lo mediante o controle dos mecanismos de poder e de legitimação social e aqueles que lutam para superar condições adversas e necessitam do capital social para tornar sua organização mais efetiva.

As contribuições de Bourdieu sobre o impacto das estruturas não econômicas para os processos de distinção social constituem o substrato da perspectiva de Souza (2009) para o delineamento das condições características à disputa por recursos socialmente escassos na sociedade brasileira.

Como o capital econômico, nas sociedades modernas, continua a ser transmitido por vínculos de sangue, como em qualquer

sociedade pré-moderna, é então apenas o capital cultural, ou seja, a possibilidade de incorporar conhecimento útil que passa a marcar a fronteira entre o sucesso e o fracasso social para todas as classes sociais e todos os indivíduos em luta pelos recursos escassos, materiais e ideias desse tipo de sociedade. Mais importante ainda: como o acesso ao conhecimento útil exige toda uma economia emocional peculiar para que o indivíduo possa efetivamente – in-corporar – literalmente tornar corpo e automática uma série de pressupostos emocionais e morais que precisam ser antes aprendidos – o conhecimento, a separação entre sucesso e fracasso social vai tender a ser demarcada pela fronteira entre aquelas classes sociais que têm acesso a essas possibilidades de incorporação efetiva e aquelas que não possuem as chances efetivas dessa mesma incorporação (...) A desigualdade econômica é legítima no capitalismo por conta da influência cotidiana e subpolítica da ideologia do mérito. (SOUZA, 2009, p. 120-121).

Souza colabora com o entendimento dos fatores econômicos e não econômicos responsáveis por estabelecer as condições de distinção e sua legitimidade na sociedade nacional. E o capital social associado ao capital cultural é um dos recursos cuja intensidade e mobilização, na ótica de Souza, que explica a desigualdade social e econômica nacional.

A contribuição analítica e conceitual de Bourdieu e Souza pode ser cotejada com as ponderações inerentes a Ostrom (2000), que apresenta uma perspectiva distinta quanto aos processos sociais pertinentes ao desenvolvimento. A autora não recorre diretamente ao conceito capital social ao destacar a cooperação como recurso social para constituição de soluções pautadas na ação coletiva. As investigações da autora refutam a concepção de que os indivíduos somente contribuem com a coletividade em casos excepcionais, afirmando que há mecanismos sociais relativos à sociabilidade que podem favorecer a colaboração coletiva (OSTROM, 2000). Para a pesquisadora há diversas maneiras dos sujeitos cooperarem, e aponta a existência de variáveis subjacentes à preferência por colaboração como a elaboração de regras comuns e a representatividade

institucional. “A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, cuja institucionalização dentro de um grupo constitui uma incitação à cooperação e ao compartilhamento” (SABOURIN, 2010, p. 145).

A reciprocidade a partir de uma moralidade comum pode contribuir com a ação coletiva. A principal dificuldade para esta perspectiva sobre a constituição do capital social é a identificação de quando e como os indivíduos conseguem identificar na ação coletiva e nas redes que a suportam a motivação para a associação. Coleman (apud HIGGINS, 2005) caracteriza o capital social como os recursos de uma estrutura social que permitem aos indivíduos o alcance de seus objetivos, concepção que reduz o capital social a uma fonte de vantagens pessoais e de certo modo contraria a proposição de Ostrom e Sabourin, e que converge para Fukuyama (2001) e sua compreensão do capital social como o vínculo entre sujeitos a partir de motivações pessoais que convergem para normas comuns.

A diversidade de concepções sobre a constituição do capital social e sua função corresponde à necessidade de articular o debate que permeia a elaboração de um instrumento de mensuração apto a subsidiar sua investigação. Uphoff (2000) sugere a organização de categorias e variáveis adequadas à pesquisa sobre o capital social, estruturando-as nas formas estrutural e cognitiva. A forma estrutural é pertinente aos papéis, regras e relações sociais e a forma cognitiva refere-se à confiança, cooperação, reciprocidade e solidariedade.

Entre os fatores relevantes para a conformação do capital social estão a cooperação, a confiança e compreensão do papel cívico como elementos de coesão. Destaca-se a pertinência das instituições, formais ou informais, como o núcleo familiar, as associações, grupos religiosos, entre muitos outros, para a articulação nas redes de relações, premissa fundamental do capital social, inclusive nas diversas concepções, a despeito das divergências sobre os processos de constituição e impacto na sociedade. As normas presentes nesses grupos podem com maior ou menor intensidade propiciar a confiança e reciprocidade para a coesão que torna o capital social um ativo fundamental para o alcance de objetivos comuns a uma coletividade ou grupo social, inclusive com repercussões econômicas (HIGGINS, 2005).

O conceito de capital social apresenta centralidade funcional para a concepção de estratégias de desenvolvimento, especialmente no âmbito da contribuição das políticas públicas (RATTNER, 2002). O capital social é uma das variáveis relevantes para o entendimento do desenvolvimento e suas contradições, especialmente a distribuição

social e territorial desigual dos recursos, sem negligenciar sua associação à dinâmica da divisão internacional do trabalho e seus efeitos em escalas diversas, inclusive a local. O capital social permite compreender o desenvolvimento inclui variáveis não financeiras, embora também com efeitos econômicos. As condições para a realização das relações sociais impactam o processo de desenvolvimento, a exemplo da desigualdade territorializada presente em Caraguatatuba.

Daí a pertinência de mensurar o capital social a partir de um instrumento pesquisa apto a caracterizar suas respectivas dimensões e fornecer dados adequados à sua caracterização, o que subsidiou a pesquisa subjacente ao objetivo do artigo: discutir a associação entre as condições das relações de confiança presentes na população do município, pertinentes ao capital social, e a percepção da violência, o que pode indicar como as dificuldades de associação entre os cidadãos para reivindicar a efetividade de políticas públicas decorre da segregação sócio especial e atua, simultaneamente para reforçá-la. Os resultados permitem entender os efeitos das assimetrias territorializadas a partir das dimensões do capital social. O objetivo da investigação e as características do município de Caraguatatuba implicaram a adaptação do instrumento de pesquisa pautado em Grootaert et al. (2003).

Os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa são discutidos considerando as contribuições dos principais pesquisadores relacionados ao capital social, referenciados e contextualizados neste artigo. Mas, destaca-se a relevância de Bourdieu (1980) para a elaboração do instrumento de pesquisa, especialmente sua compreensão do capital social como mecanismo de distinção social para definição de critérios de inclusão ou exclusão social. O autor aponta as condições não-materiais como fundamentais à manutenção dos privilégios de classe ao indicar ligação entre normas implícitas de comportamento e a inserção social e cultural com a probabilidade de acesso a oportunidades econômicas e políticas, inclusive quanto à densidade das redes e das instituições sociais. Há um código de comportamento, valores e coesão potencializados no capital social que funcionam como fator de atribuição de legitimidade e poder da elite social e econômica em sociedades não organizadas por estamentos, que torna os valores identificados a ela predominantes.

As demais classes sociais, em particular aquelas mais penalizadas com o desenvolvimento desigual, possuem suas especificidades e respectivo capital social. Porém, sua coesão não encontra a mesma eficiência em favorecer o acesso às condições sociais e econômicas mais equânimes,

em particular quanto à capacidade de articulação em relação à interlocução com o poder público e a capacidade de atuar decisivamente sobre como se concretizam as condições de desenvolvimento. A ausência de mecanismos de articulação social em relação ao Estado e à capacidade de organização para o enfretamento das assimetrias sociais e econômicas preservam as classes sociais mais fragilizadas em condições mais degradantes em comparação aos recursos produzidos com o crescimento econômico.

Nota-se que o capital social reflete as condições das relações sociais e contribui para explicar por que determinadas classes sociais e suas respectivas frações obtêm vantagens na competição por recursos econômicos e políticos escassos em comparação a amplas camadas da população. O capital social carente de densidade corresponde à falta de articulação política e de capacidade de organização necessária para a participação social vital no combate aos efeitos do desenvolvimento desigual e combinado.

## **O capital social em Caraguatatuba**

Barros (2004) observa que a consequência fundamental da expansão urbana contemporânea é crescimento espacial desordenado, especialmente o fenômeno da periferização. Caraguatatuba apresenta um processo de urbanização acelerado e desordenado desde a década de 1950, com contraste significativo entre as áreas periféricas e as mais centralizadas, cuja infraestrutura é mais consistente e atende às atividades econômicas relacionadas ao turismo ou à população local com renda mais alta. Souza (2010) associa o fortalecimento do mercado imobiliário em Caraguatatuba à pressão sobre a população local para a comercialização das parcelas mais valorizadas pela demanda turística, com impacto significativo para a ampliação da malha urbana.

Investimentos públicos intensificaram o movimento migratório, não incorporado em sua totalidade no mercado de trabalho formal, o que favoreceu a ocupação de áreas impróprias nas encostas da Serra do Mar e o aumento do trabalho informal (PANIZZA, 2004). Destaca-se a presença de uma agressiva especulação imobiliária no município correspondente à urbanização turística com impacto sobre a população de baixa renda, desde as dificuldades relacionadas à carência de serviços públicos até a expressiva valorização dos imóveis com a elevação dos custos relacionados à moradia (GIGLIOTTI e SANTOS, 2013).

Os efeitos desse cenário implicam problemas como a ocupação irregular, carência de infraestrutura urbana, segregação sócio

espacial, entre outros presentes atualmente no município. Desde a segunda metade da década de 2000 a expansão urbana de Caraguatatuba adquiriu novo impulso com os investimentos públicos relacionados ao setor petrolífero, a expansão das atividades portuárias em São Sebastião e as obras de duplicação da principal via de acesso ao litoral norte paulista, a rodovia dos Tamoios. Renovaram-se as condições de estímulo à expansão populacional com a migração e a perenidade da urbanização turística, pertinente à periferação da população residente de baixa renda.

A Tabela 1 apresenta o crescimento populacional do município no período de 1990 a 2010, em comparação à região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e à região de governo de Caraguatatuba, que inclui todos os municípios do litoral norte paulista. O crescimento populacional do município e da Região de Governo foi, em média, três vezes maior que o estadual e o da região metropolitana.

**Tabela 1:** População nas regiões selecionadas no período de 1990 a 2017 e a variação no crescimento populacional, em percentual.

	1990	2000	2010	2014	Varição 1990/2017
Estado de São Paulo	30.783.108	36.974.378	41.223.683	43.674.533	41,88
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	1.598.614	1.988.498	2.262.135	2.425.293	51,71
Região de Governo de Caraguatatuba	139.819	223.769	281.245	312.955	123,83
Caraguatatuba	50.569	78.628	100.634	111.787	121,06

Fonte: Fundação Seade (2017).

A tabela 2 apresenta o crescimento do PIB em todas as esferas administrativas selecionadas, exceto na Região de Governo de Caraguatatuba, consequência da crise no setor de petróleo relativa à queda nos preços internacionais e às dificuldades da principal empresa do setor, a Petrobras.

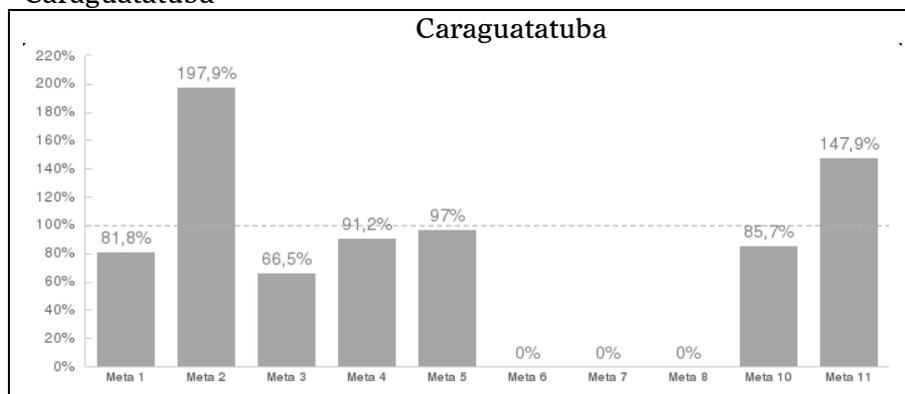
**Tabela 2:** Crescimento Econômico no município de Caraguatatuba. (PIB, em milhões de reais, a preços de 2014)

	2002	2006	2010	2014	Variação % 2002/2014
Estado de São Paulo	1.109.356	1.286.224	1.655.063	1.858.196	67,50
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	63.072,62	71.769,28	86.909,77	97.122,76	53,99
Região de Governo de Caraguatatuba	3.942,84	6.380,57	8.563,441	16.570,72	320,27
Caraguatatuba	1.067,93	1.133,82	2.057,068	2.697,98	152,64

Fonte: Fundação Seade (2017) Valores atualizados pelos autores com base no IPCA/IBGE

Entre os indicadores de desenvolvimento municipal, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são uma referência e apresentam metas pertinentes ao desenvolvimento dos municípios subsidiadas em conceitos trabalhados pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Conforme o quadro 1, os dados do ODM para Caraguatatuba evidenciam problemas com as metas de saúde, meio ambiente e educação, evidente assimetria entre o crescimento econômico e o desenvolvimento.

**Quadro 1:** Indicadores de desenvolvimento do município de Caraguatatuba



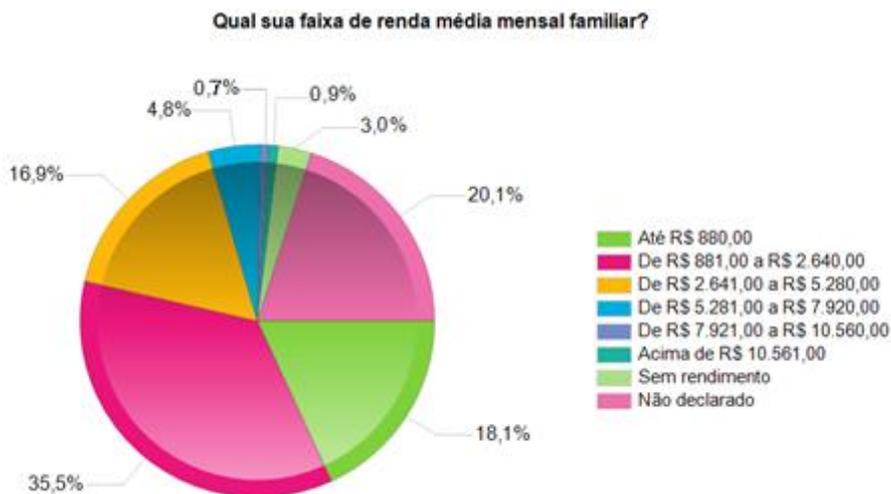
Fonte: Relatório Dinâmicos - Objetivos do desenvolvimento do Milênio - ODM, 2015

As informações apresentados no quadro 1 e nas tabelas 1 e 2 contextualizam as contradições presentes na trajetória de Caraguatatuba e seu impacto sobre as condições de vida da população. A adversidade das condições pertinentes ao município pode ser enfrentada mediante políticas públicas alimentadas por dados disponíveis em bases de dados secundários e aptas a subsidiar as ações de gestão pública relacionadas ao desenvolvimento municipal. Entretanto, o envolvimento da população nas políticas públicas é fundamental para o atendimento das necessidades a partir do conhecimento da realidade local. E a mensuração do capital social possibilita compreender as condições que potencializam ou dificultam a articulação dos cidadãos.

A investigação realizada em Caraguatatuba com a população da área urbana contou com aplicação de um instrumento de pesquisa pautado em Grootaert et al. (2003), com margem de erro de 5% e índice de confiança de 95% com amostra compatível ao número de habitantes indicado no censo do IBGE (2010). Os dados foram processados e analisados com a utilização do software Sphinx para a melhor compreensão dos dados da investigação. A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2016.

Observa-se que o capital social da população de Caraguatatuba insere-se em um contexto social e econômico heterogêneo, mas com predomínio de uma população de renda baixa, situada entre 1 e 4 salários mínimos (53,6%). No período de aplicação do questionário, 18,1% percebem somente até um salário mínimo de renda familiar. Nota-se, desse modo, a presença de uma população carente e dependente de políticas públicas efetivas para a resolução das suas necessidades básicas. E cuja condição social e econômica torna estratégica a capacidade de representação perante o poder público, daí ser fundamental a organização em redes formais ou informais para a interlocução perante o poder público.

**Gráfico 1:** Distribuição das faixas de renda no município de Caraguatatuba (em reais de 2016).



Fonte: Pesquisa 2016

Porém, os resultados da pesquisa indicam que a desigualdade territorializada tem na dificuldade de articulação social um obstáculo para o enfrentamento dos problemas comuns aos municípios. As áreas mais carentes de Caraguatatuba apresentam reduzido grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa. A alternativa à carência de recursos econômicos e sociais reside na capacidade de articulação entre os membros da comunidade para o estabelecimento de estratégias de organização social e de representação perante o poder público, ausente em razão da fragilidade das redes de relacionamento e confiança, concentradas nas relações familiares. A tabela 3., apresenta a totalidade dos bairros do município e as respectivas diferenças:

**Tabela 3:** Faixa de renda mensal familiar média dos bairros de Caraguatatuba – 2016.

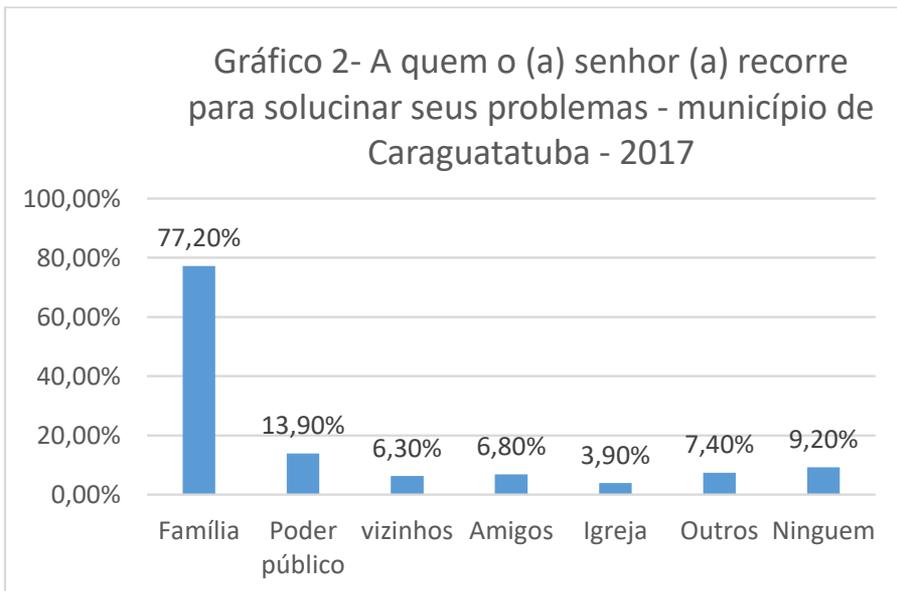
	Até R\$ 880,00	De R\$ 881,00 a R\$ 2.640,00	De R\$ 2.641,00 a R\$ 5.280,00	De R\$ 5.281,00 a R\$ 7.920,00	Acima de R\$ 7.921,00	Sem rendimento	Total
Barranco Alto	35,7%	28,6%	28,6%	7,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Canta Galo / Cidade Jardim	37,5%	43,8%	12,5%	6,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Casa Branca / Terralão	12,5%	37,5%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Centro	6,6%	54,1%	19,7%	8,2%	4,9%	6,6%	100,0%
Estrela D'alva / Benfica	9,1%	45,5%	36,4%	0,0%	0,0%	9,1%	100,0%
Gaivotas	5,9%	41,2%	23,5%	11,8%	5,9%	11,8%	100,0%
Getuba	39,3%	35,7%	14,3%	3,6%	0,0%	7,1%	100,0%
Golfinho	11,1%	44,4%	22,2%	0,0%	22,2%	0,0%	100,0%
Indaiá	44,4%	44,4%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ipiranga	22,2%	55,6%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Jaqueira	22,2%	55,6%	11,1%	0,0%	0,0%	11,1%	100,0%
Jaraguazinho	28,6%	57,1%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Jd. Aruã	0,0%	54,5%	36,4%	0,0%	0,0%	9,1%	100,0%
Martin de Sá / Balneário Forest	21,4%	35,7%	35,7%	7,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Massaguaçu	17,6%	47,1%	23,5%	5,9%	0,0%	5,9%	100,0%
Morro do Algodão	11,8%	52,9%	29,4%	0,0%	0,0%	5,9%	100,0%
Olaria	33,3%	50,0%	8,3%	0,0%	0,0%	8,3%	100,0%
Pegorely	0,0%	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Perequê-mirim	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Poiases	8,3%	75,0%	8,3%	0,0%	0,0%	8,3%	100,0%
Pontal Santa Marina	18,2%	36,4%	18,2%	18,2%	0,0%	9,1%	100,0%
Ponte Seca / Caputera	36,4%	45,5%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Porto Novo	29,4%	35,3%	11,8%	23,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Praia das Palmeiras	0,0%	0,0%	50,0%	41,7%	0,0%	8,3%	100,0%
Prainha	23,1%	30,8%	30,8%	7,7%	7,7%	0,0%	100,0%
Rio do Ouro	26,7%	60,0%	6,7%	0,0%	6,7%	0,0%	100,0%
Sumaré	38,5%	30,8%	23,1%	7,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Tabatinga	36,4%	54,5%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Travessão	26,3%	31,6%	36,8%	0,0%	5,3%	0,0%	100,0%
Tinga	55,0%	30,0%	10,0%	5,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	22,6%	44,4%	21,1%	6,1%	2,0%	3,8%	100,0%

Fonte: Pesquisa 2016.

A observação da distribuição de renda entre os bairros de Caraguatatuba permite constatar que o bairro mais carente é o Perequê-Mirim, pois 100% dos sujeitos recebiam até R\$ 880,00. A atividade de campo permitiu, inclusive, notar expressiva carência social e econômica característica à localidade. Em situação diversa, o bairro com população em situação favorável é o Jardim das Palmeiras. Nesse patamar também está a população do bairro Prainha, com percentual de salários mais altos e 0% das pessoas desse bairro se declararam sem rendimento.

Condições econômicas desfavoráveis associadas à reduzida densidade do capital social implicam barreiras aptas a aprofundar os

limites ao potencial de desenvolvimento social e econômico, pois os municípios em situação mais frágil encontram mais dificuldades para satisfazer suas necessidades. As informações obtidas mediante a aplicação do instrumento de pesquisa evidenciam um reduzido grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa. Observa-se que as relações de confiança estabelecem-se entre familiares, com baixo grau de confiança em relação aos indivíduos não reconhecidos como parentes. O gráfico 2 evidencia a concentração das relações de confiança entre os familiares. Apesar da possibilidade de indicar mais de uma opção, o poder público foi citado por apenas 13,90% dos respondentes.

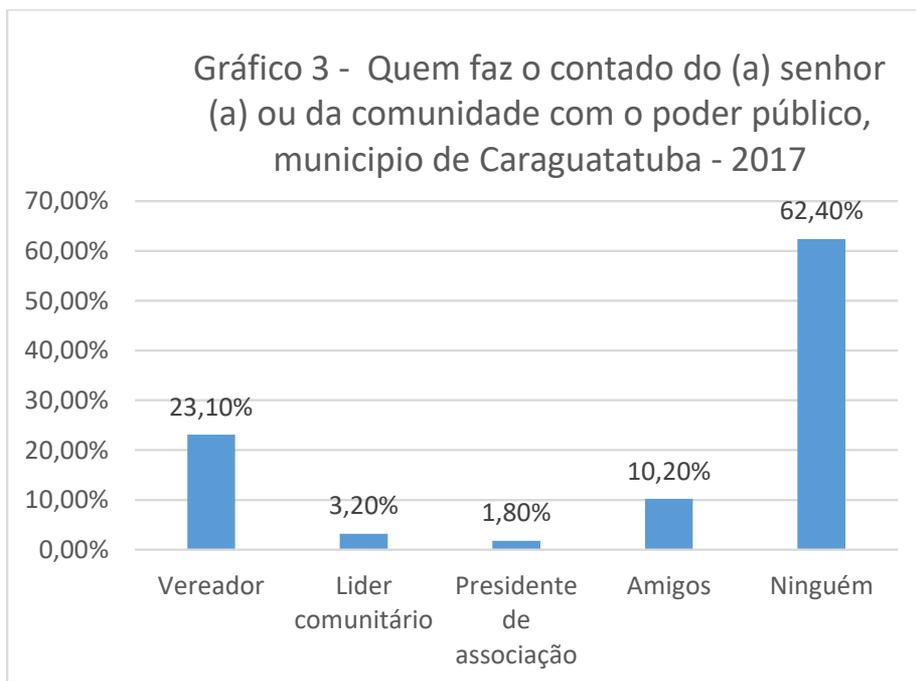


Fonte: Pesquisa, 2016

Nota-se que as redes de sociabilidade e confiança institucional são escassas. Igrejas, poder público, sociedades de amigos de bairro, ONGs e partidos políticos receberam poucas citações em comparação à família. E convívio com vizinhos e/ou amigos não foi suficiente para estabelecer confiança equivalente em comparação àquela depositada nos familiares. A articulação social fundamental se dá entre familiares sem efetiva confiança nas instituições sociais para a resolução de problemas ou apresentação de demandas.

As informações pertinentes ao gráfico 2 podem ser melhor dimensionadas com a comparação ao gráfico 3, que explicita os limites inerentes ao escasso capital social presente entre a população de

Caraguatatuba. Denota-se a falta de interlocução com o poder público a partir de uma perspectiva institucional ou de redes sociais formais como associação de amigos de bairro ou ONGs. A maioria dos entrevistados afirmou que não tem representantes ou formas organizadas de comunicação com o poder público. Os sujeitos com contato com o poder público realizam esse contato por intermediação de vereador (23,10%), amigos (10,20%), líder comunitário (3,20%) e presidente de associação (1,80%).

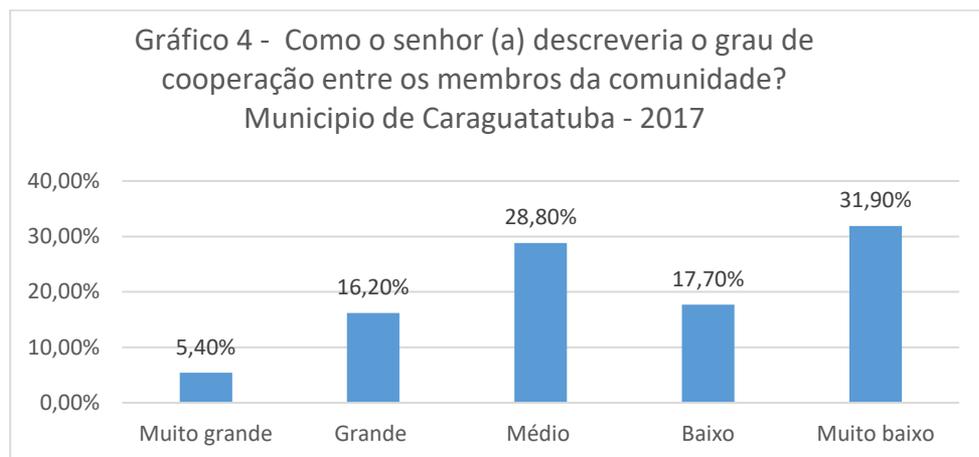


Fonte: Pesquisa 2016

Nota-se que os relacionamentos em rede são escassos em razão da indicação de representação por lideranças locais constituir parcela minoritária. Embora vereadores possam ter uma trajetória progressiva enquanto líderes comunitários e até manter essa posição no exercício do mandato, ainda assim a soma destas alternativas não representa um terço das respostas. Observa-se a presença da informalidade com a citação a amigos como recurso para o contato com o poder público.

O predomínio da opção que indica a inexistência de representação para contato com o poder público evidencia a reduzida organização da população de Caraguatatuba quanto à formalização das

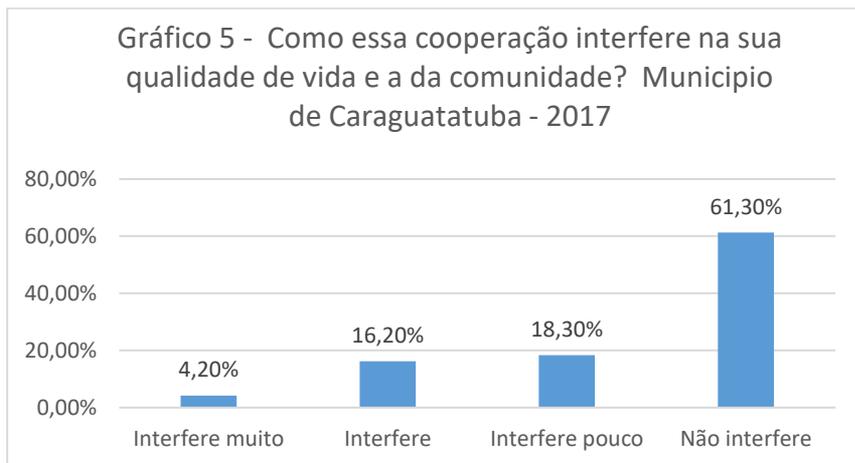
demandas e, particularmente, quanto à escassa capacidade de interlocução entre os sujeitos. Essa condição é representada no gráfico 4, que apresenta as informações relativas à percepção sobre o grau de cooperação entre os membros da comunidade. A eficácia da representação perante o poder público depende do grau de articulação entre os membros da comunidade, por sua vez alicerçada na densidade de cooperação entre os munícipes. Os sujeitos da pesquisa indicaram, predominantemente, que percebem a cooperação entre os membros da comunidade como muito baixa (31,90%) ou baixa (17,70%), totalizando 49,6% dos respondentes.



Fonte: Pesquisa 2016

E essa condição foi hegemônica em todos os bairros de Caraguatatuba. O predomínio de uma percepção de muito baixa ou baixa cooperação entre os moradores do município evidencia a reduzida mobilização entre os munícipes para a busca conjunta de soluções para os problemas comuns. Apenas 21,60% indicaram perceber a cooperação entre os membros da comunidade como muito grande ou grande.

Sintomaticamente a maioria dos sujeitos da pesquisa entende que a reduzida cooperação entre os munícipes não interfere (61,30%) ou interfere pouco (18,30%) na qualidade de vida de cada cidadão e da própria comunidade. Percebe-se a dissociação entre experiência pessoal e social, pois embora os problemas coletivos sejam notados a sua resolução não é identificada a uma organização ou mobilização comunitária. Conforme o gráfico 5.



Fonte: Pesquisa 2016

A reduzida capacidade de mobilização social não é percebida como uma dificuldade com relevância para a experiência social. Essa constatação encontra ressonância em outros aspectos mensurados com a aplicação do questionário. No item segurança em todos os bairros de Caraguatatuba os respondentes caracterizaram sua localidade de residência como tranquila, mas com a presença de problemas que os preocupam como o tráfico de drogas, roubos e furtos.

O exame das respostas relativas ao item segurança revela uma percepção contraditória da violência. Os sujeitos da pesquisa afirmam a necessidade de cuidados com a segurança, especialmente quanto à locomoção no período noturno e, simultaneamente, entendem a violência dentro de uma perspectiva moral. Crimes violentos são identificados como inerentes a comportamentos de risco como o consumo de drogas ou atitudes à margem da legalidade. A percepção da violência sob a perspectiva moral corresponde à compreensão de que a ausência de cooperação entre os munícipes não interfere na qualidade de vida da maioria dos sujeitos da pesquisa e da comunidade em que vivem. Nota-se que a fragilidade das redes sociais, a reduzida institucionalização da representação social perante o poder público e a falta de reconhecimento da necessidade de articulação coletiva caracterizam a experiência social dos moradores de Caraguatatuba.

A percepção dos sujeitos da pesquisa em relação ao poder público municipal revela distanciamento dos cidadãos em relação à administração de Caraguatatuba. A atuação do poder público é percebida como insuficiente para a resolução dos problemas que

afligem os munícipes. Desde a comunicação com os cidadãos até as ações cotidianas, são questionadas pelos cidadãos, que desconhecem mecanismos eficientes de contato com o poder público municipal, valendo-se de amigos ou vereadores para estabelecer esse contato.

## Considerações finais

O artigo apresentou os resultados da investigação do capital social presente em Caraguatatuba. Nas últimas décadas o município experimentou expressivo crescimento demográfico em conjunto com relevante expansão das atividades econômicas. Nesse cenário, os dados sociais e econômicos de Caraguatatuba indicam assimetria entre o crescimento econômico e o desenvolvimento. No município há presença de desigualdade social territorializada mediante a divisão socioeconômica em áreas com maior carência de recursos enquanto outras se caracterizam por acesso à estrutura urbana apta a suportar condições de vida necessárias a uma qualidade de vida mais elevada.

Na literatura dedicada à investigação do desenvolvimento socioeconômico está presente a admissão da multidimensionalidade que o caracteriza. Adota-se a perspectiva da relevância de fatores não econômicos para a realização de processos de desenvolvimento econômico e social. Um fator não econômico apto a potencializar mediante sua presença, ou dificultar em razão da sua fragilidade, o engendrar das condições necessárias ao desenvolvimento, é o capital social. O objetivo do artigo foi discutir os resultados da investigação realizada sobre as condições que caracterizam o capital social presente no município. Nota-se que o capital social é um fator relevante para a efetivação de políticas públicas dedicadas a enfrentar as consequências das assimetrias territorializadas decorrentes do crescimento econômico e das contradições geradas com complexidade da contemporânea divisão social do trabalho e sua vinculação com a globalização econômica, por seu potencial quanto à constituição de redes necessárias à interlocução entre setores da sociedade e o poder público.

As condições presentes em Caraguatatuba resultam de um forte processo de expansão demográfica resultante de uma migração estimulada a partir do setor da construção civil, por sua vez vinculada à urbanização turística. A elevação da população em razão das atividades econômicas associadas à construção civil e ao turismo, presente no município desde meados do século passado, foi sustentada desde a primeira década do século XXI com a realização de investimentos públicos relacionados ao setor portuário e a exploração

do petróleo. Assim, observa-se o impacto da inserção econômica do município na trajetória que definiu as condições de vida da população. Investigar o capital social presente em Caraguatatuba permitiu caracterizar como o rápido crescimento urbano e demográfico produziu dificuldades para a constituição dos laços sociais necessários ao fortalecimento do capital social.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que o capital social presente pode ser caracterizado como frágil quanto à constituição de redes de relacionamento aptas a suportar a interlocução organizada com o poder público. Essa condição agrava-se nos bairros com maior carência de recursos econômicos e estrutura pública. Tal condição implica a fragilidade dos munícipes quanto à representação dos seus interesses e a captura de seu apoio político a partir de uma perspectiva de poder desvinculada da produção das condições necessárias à interlocução autônoma com o poder público.

Notou-se a dificuldade de constituição de laços de solidariedade e redes de relacionamento estruturadas entre os munícipes, com reduzida confiança no poder público, associações de bairro ou mesmo vizinhos. Predominantemente, a confiança se estabelece no núcleo familiar para a resolução das dificuldades cotidianas. A esfera pública e o relacionamento com os pares e o poder público apresenta fragilidade. E os efeitos inibidores sobre a qualidade de vida da população nesse contexto não são percebidos sob a perspectiva dos inqueridos, dado que a maioria dos sujeitos da pesquisa dissocia a reduzida cooperação e confiança entre os cidadãos e, com o poder público, às limitações a sua própria experiência social.

O conjunto de dados obtidos com a investigação indica que a fragilidade do capital social presente entre a população de Caraguatatuba contribui para a permanência das condições que afastam a população do poder público, sob os critérios relacionados à participação coletiva na gestão pública necessária à construção coletiva das políticas públicas inclusivas. Prevalece no município a fragmentação das redes sociais necessárias à interlocução junto ao poder público. Configura-se um contexto delineado por condições que favorecem os cidadãos com acesso a recursos econômicos e sociais restritos às camadas economicamente privilegiadas, pois dotados de contatos, redes de relacionamento e capital cultural decorrentes de sua posição social e adequados à competição por recursos sociais restritos. O cenário remete à leitura de Bourdieu quanto à função do capital social, fator apto a partir de redes de relacionamento a definir o acesso a recursos escassos sob a perspectiva política, econômica e cultural cujo conjunto define as condições de exercício do poder, entendido em

sua acepção ampla, e não apenas a critérios eleitorais ou meramente financeiros.

As condições do capital social presente em Caraguatatuba contribuem para preservar parte significativa da população à margem da participação efetiva nas decisões que definem a trajetória do município. E a reduzida densidade das redes de relacionamento, concentradas no círculo familiar implica a fragmentação social e o fortalecimento das vantagens dos sujeitos cuja posição social acarreta condições privilegiadas em comparação à maioria da população. No município, a limitação das condições necessárias ao desenvolvimento decorre da contradição entre a insuficiência das políticas públicas e a escassa efetividade da população em se organizar para expressar suas demandas, por sua vez derivada da própria fragmentação gerada a partir da limitação das condições econômicas, culturais e sociais potencializadoras do capital social enquanto fator pertinente para a organização de redes de relacionamento.

A rápida urbanização do município a partir de um expressivo processo migratório contribuiu para esse cenário. A recente fixação de parte significativa da população no território de Caraguatatuba é um fator relevante para as características do capital social delineado com a pesquisa, acrescida à fragmentação típica das urbes contemporâneas quanto à sociabilidade decorrente da divisão social do trabalho e a separação entre os espaços de sociabilidade. Denota-se a premência de se realizar outras investigações sobre o capital social presente em Caraguatatuba a partir da aplicação de outros instrumentos de pesquisa aptos à mensuração de nuances não captadas com a investigação realizada. A pesquisa caracterizou o capital social a partir de um instrumento quantitativo e o fez partir de uma perspectiva territorial. Posteriormente, recomenda-se a aplicação de instrumentos de pesquisa com recorte qualitativo para o aprofundamento de como se concretizam as barreiras ao desenvolvimento decorrentes de um capital social insuficiente para a constituição de redes de relacionamentos aptas a instrumentalizar a população quanto à organização necessária para a resolução dos problemas comuns, que afetam o desenvolvimento social e econômico.

## **Agradecimentos**

Agradecemos o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) ao projeto de pesquisa “Desenvolvimento social e econômico: caracterização do capital social

da população do município de Caraguatatuba/SP” (Processo nº 2015/23720-4).

### Referências bibliográficas

BARROS, J. X. **Urban growth in Latin American Cities: Exploring urban dynamics through agent-based simulation**. University of London, 2004. Disponível em: <<http://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1369523>>. Acesso em: 27 mar. 2015.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche em sciences sociales**. v. 31, jan. 1980. p. 2-3.

BRANDÃO, C. A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetórias e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. **Revista de La Cepal**, n. 69, dez. 1999.

ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no Governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 31-55, jan./mar. 2011.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. **Third World Quarterly**, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GIGLIOTTI, C. M. da C.; SANTOS, M. J. A expansão urbana de Caraguatatuba (1950-2010): uma análise das transformações sócio espaciais. **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 14, p. 150-159, 2013.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)**. Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial 23 de junho de 2003. Disponível em:

<<http://www.contentdigital.com.br/textos/comunidades/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

OSTROM, E. **Collective Action and the Evolution of Social Norms.** **The Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, summer, 2000, p. 137-158. Disponível em:

<<http://links.jstor.org/sici?sici=08953309%28200022%2914%3A3%3C137%3ACAATEO%3E2.0.CO%3B2-V>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

PANIZZA, A. de C. **Imagens Orbitais, cartas e coremas: uma proposta metodológica para o estudo da organização e dinâmica espacial, aplicação ao município de Ubatuba, Litoral Norte, Estado de São Paulo, Brasil.** 299f. 2004. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <[doi:10.11606/T.8.2004.tde-30092005-180603](https://doi.org/10.11606/T.8.2004.tde-30092005-180603)>. Acesso em: 25 maio 2015.

PORTAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. **Relatórios Dinâmicos.** Disponível em <<http://www.portalodm.com.br>>. Último acesso em: 22 dez. 2014.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social.** 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/arquivo/rattner.htm>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

SABOURIN, E. **Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate.** *Sustentabilidade em Debate*. 2010. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/1689/1311>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

SANTOS, E. L. et al. **Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate.** Ano 2, n.1, Jul. 2012.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - **PIB municipais** - Disponível em: <[www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)>. Acesso em: jan. 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, S. C. **Elites Políticas em Caraguatatuba (1970-2000).** I Seminário nacional de Sociologia e Política. UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/>>

site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT2/EixoIV/elitespoliticas-SamuelSouza.pdf>. Acesso em: ago.2011.

UPHOFF, N. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital**. A multifaceted perspective. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development; The World Bank, 2000. p. 215-253.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. (G&DR), v. 8, n. 2, p. 344-369, maio/ago. 2012.